

Cidades saudáveis: o acesso equitativo a parques urbanos como promoção da saúde¹

Healthy cities: equitable access to urban parks as health promotion

Ciudades saludables: acceso equitativo a los parques urbanos como promoción de la salud

Eixo temático: Arquitetura e Urbanismo, Conforto e qualidade ambiental

MENESES, Ana Raquel Santos de, UFPE, raquel.meneses@gmail.com²

MONTEIRO, Marcela Marçal Maciel, Unifesspa, marcela.monteiro@unifesspa.edu.br

LIMA, Wirenilza do Nascimento, UNIFACEX – RN, wirenilza@gmail.com

BARBOSA, Ricardo Victor Rodrigues, UFAL, rvictor@fau.ufal.br

Resumo: Diante da crescente parcela da população global vivendo em áreas urbanas e dos efeitos cada vez mais intensos das mudanças climáticas, vem aumentando também a preocupação com relação aos reflexos destes fenômenos na saúde de seus habitantes. Um dos caminhos para o enfrentamento destes problemas está no acesso às áreas verdes, que têm se mostrado como importantes coadjuvantes na melhoria da qualidade ambiental, com reflexos na saúde física e psíquica. Este artigo busca, portanto, a partir da identificação de parques urbanos e estimativa de suas áreas de alcance em duas capitais brasileiras, sendo elas Belém-PA e Recife-PE, analisar seu padrão de distribuição e atendimento à população. O trabalho apresenta uma breve revisão de literatura sobre o tema e traz como estudo de caso parques urbanos presentes nas duas capitais. O estudo aponta a importância de um planejamento eficiente para acesso equitativo aos benefícios proporcionados por estes espaços pela população e para a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Palavras-chaves: Parques urbanos. Saúde.Cidade saudável.

Abstract: *In the face of the growing share of the global population living in urban areas and the increasingly intense effects of climate change, concern about the effects of these phenomena on the health of its inhabitants has also emerged. One of the strategies to deal with these problems is the equitable access to green areas, which have been shown to be important assistants both in the improvement of environmental quality and on physical and mental health. Therefore, based on the identification of urban parks and the estimation of their service areas in two Brazilian capitals, Belém-PA and Recife-PE, this article aims to analyze their distribution and service pattern. The work presents a literature review on the subject and brings as a case study urban parks present in the two capitals. The study points out the importance of efficient planning for equitable access to the benefits provided by these spaces by the population and for the improvement of the quality of life in cities.*

¹MENESES, Ana Raquel Santos de; MONTEIRO, Marcela Marçal Maciel; LIMA, Wirenilza do Nascimento; BARBOSA, Ricardo Victor Rodrigues. Cidades saudáveis: o acesso equitativo a parques urbanos como promoção da saúde. In: CONGRESSO ARAGUAIENSE DE CIÊNCIAS EXATA, TECNOLÓGICA E SOCIAL APLICADA, 2020, Santana do Araguaia. **Anais...** Santana do Araguaia: II CONARA, 2020.

²Doutoranda com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Fundação CAPES).

Keywords: *Urban parks. Health. Healthy city.*

Resumen: *En vista de la proporción cada vez mayor de la población mundial que vive en zonas urbanas y los efectos cada vez más intensos del cambio climático, también está aumentando la preocupación por los efectos de estos fenómenos en la salud de sus habitantes. Una de las formas de afrontar estos problemas es en el acceso a las áreas verdes, las cuales han demostrado ser importantes auxiliares tanto en la mejora de la calidad ambiental, con repercusiones en la salud física y mental. Por tanto, a partir de la identificación de parques urbanos y la estimación de sus áreas de alcance en dos capitales brasileñas, Belém-PA y Recife-PE, este artículo busca analizar su distribución y patrón de servicio. Metodológicamente, el trabajo presenta una revisión de la literatura sobre el tema y trae como caso de estudio los parques urbanos presentes en ambas capitales. El estudio destaca la importancia de una planificación eficiente para el acceso equitativo a los beneficios que brindan estos espacios por parte de la población y para la mejora de la calidad de vida en las ciudades.*

Palabras clave: *Parques urbanos. Salud. Ciudad sana.*

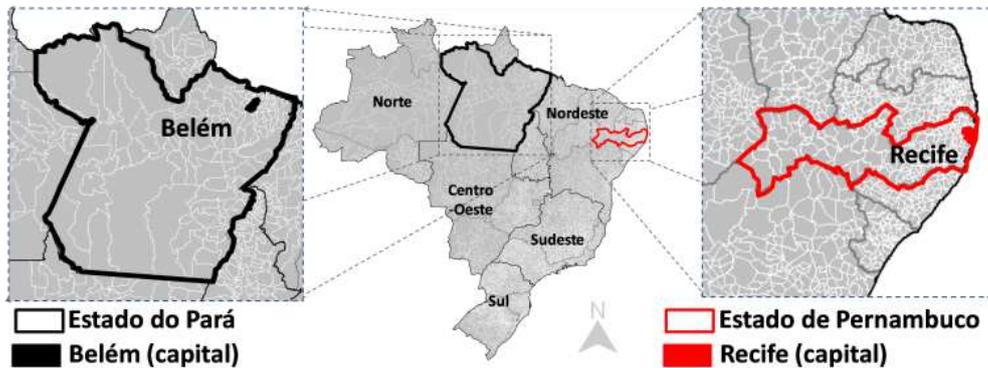
1 Introdução

A discussão de questões ambientais vem ganhando cada vez mais espaço nos estudos referentes ao cotidiano das cidades, situação que se justifica pela contínua expansão espacial e populacional e pela necessidade de prover bem-estar e infraestrutura adequada a todos os cidadãos. Dentre uma infinidade de equipamentos urbanos, os parques urbanos têm se destacado por, além de garantirem a manutenção de áreas verdes em meio ao ambiente construído, representarem uma possibilidade de proporcionar melhores condições ambientais, estéticas e sociais à população, fatores fundamentais para estabelecimento do conceito de cidade saudável. A partir da expansão urbana, a interação entre a população e o espaço público foi diminuindo consideravelmente, assim com a quantidade de áreas verdes urbanas, gerando uma situação de conforto ambiental insuportável (ALMEIDA, RAMOS e JESUS, 2017). As áreas verdes, além de contribuir para a amenização desse estrangulamento que as dinâmicas urbanas têm causado no bem-estar social, favorecendo a vivência da cidadania, permitindo ainda à população um contato mais direto com a natureza e acesso a todos os benefícios por ela gerados. Dessa forma, cresceu também, o interesse por espaços verdes que promovam o lazer e a recreação (CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2015), elementos propulsores da saúde e da coesão social.

A pesquisa apresenta como objeto central os parques urbanos de duas capitais, localizadas nas regiões norte e nordeste do Brasil (Figura 1). A primeira delas é Belém, capital do Pará, cidade com cerca de 1,5 milhões de habitantes (IBGE, 2018), que é caracterizada por seu clima equatorial úmido, com altas temperaturas e altos índices pluviométricos. A outra cidade é Recife, capital de Pernambuco e segunda cidade analisada, localiza-se no litoral nordestino, região com predominância do clima tropical atlântico que possui vasta área de mangue, florestas tropicais e resquícios de mata atlântica. Em relação à demografia da capital, atualmente, conta com 1,65 milhões de habitantes (IBGE, 2019). A escolha das cidades se deu a fim de investigar a distribuição dos parques urbanos em capitais de diferentes regiões brasileiras e verificar aspectos como a quantidade de parques urbanos ea parcela do território coberta e atendida por estes equipamentos.. Pretende-se, a partir desta análise, estimar a parcela do território com

acesso a serviços ecossistêmicos e, conseqüentemente, com maior potencial ao estabelecimento do conceito de Cidade Saudável (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

Figura 1 – Mapa de localização das cidades estudadas: Belém-PA e Recife-PE.



Fonte: Autores, 2020

2 Referencial teórico

Em sua Constituição, de 1948, a Organização Mundial de Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020) define saúde com um “estado de completo bem-estar físico, social e mental”, e defende a saúde como um “recurso para a vida cotidiana, não o objeto da vida”. Enfatizando assim os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. A OMS (1948) alerta para a necessidade de equidade de acesso e de uma visão holística por parte dos governos locais no que toca às condições sociais e econômicas, ambiente físico, estilos de vida e saúde da população, uma vez que todos estão intimamente relacionados. Quanto às cidades, a OMS (1948) define como cidades saudáveis aquelas que estão “criando e melhorando continuamente os ambientes físicos e sociais e expandindo os recursos que permitem às pessoas apoiarem-se mutuamente no desempenho de todas as funções da vida e no desenvolvimento de seu potencial máximo”.

E de acordo com os dados da regional europeia da OMS (WHO REGIONAL OFFICE FOR EUROPE, 2020), o meio ambiente é um dos principais determinantes da saúde, sendo responsável por quase 20% de todas as mortes da Europa. Esta definição, em conjunto com informações da regional europeia, aponta para a necessidade de um contínuo monitoramento do ambiente urbano e adaptação, sempre que necessário, de políticas e estratégias de melhoria deste ambiente para atendimento das demandas da sociedade. Dentre os doze aspectos do meio ambiente citados como mais relevantes, cinco se conectam de forma mais direta com o objeto desta pesquisa: (a) qualidade do ar; (b) saúde urbana; (c) habitação; (d) mudanças climáticas e (e) ruído. Vale esclarecer, que no que tange a habitação, a instituição se refere não apenas à edificação que abriga a unidade familiar, mas também ao contexto urbano em que está inserida esta edificação e às relações que se estabelecem neste ambiente.

Carneiro (1997) relata que os parques urbanos devem refletir o modo de viver da população, sua história, cultura e estarem adaptados às características climáticas de cada localidade. Silva e Nogueira (2015) reforçam dizendo que estes espaços têm o “objetivo de recriar a presença da natureza no meio urbano” e contribui para minimizar os conflitos da vida citadina através de vários benefícios, como equilíbrio de temperatura e umidade, renovação do ar e aumento de áreas permeáveis, além do contato com a natureza. Para Torres, Silva, Santos e Mendes (2013) a saúde e qualidade de vida devem ser assumidas como ponto fundamental em razão da atenção que deve ser dada aos momentos de tempo livre, lazer e à procura pelo equilíbrio psíquico e

social, o que desperta a necessidade de materializar o conceito de “Cidades Saudáveis”. Esse conceito tem como ponto de partida a requalificação urbana e valorização ambiental das cidades, através da criação de espaços pedonais e áreas verdes, entre outros, ou seja, requer um planejamento urbano saudável. Na infraestrutura urbana, os parques assumem essa função, promovendo recreação, lazer e contato com a natureza, além de melhorar a qualidade do ar, amenizar temperaturas e fortalecer a cultura e as relações sociais entre seus usuários. Carneiro e Mesquita (2000) definem parques e praças da seguinte forma:

- **Praças:** São espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos.
- **Parques:** São espaço livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural - vegetação, topografia, elemento aquático - e edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

Para Menezes (2018), os parques podem ainda ser divididos em duas subcategorias:

- **Parques de natureza:** parques que têm como atração principal a flora, fauna ou outros elementos naturais, como cursos hídricos ou formações rochosas.
- **Parques urbanos:** espaços de uso público inseridos na malha urbana e que congregam elementos naturais e infraestrutura essencial à prática de lazer e de atividades esportivas [...].

Tendo em vista que, dentre as principais contribuições das áreas verdes para a saúde está a atratividade para a prática de atividades esportivas e a disponibilidade de equipamentos para tal, procedeu-se então uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar características, diretrizes ou recomendações desejáveis para os parques urbanos, equipamentos que podem proporcionar infraestrutura necessária a tais atividades. Em um estudo conjunto com a *National Recreation and Park Association* (NRPA) e com a *American Academy for Park and Recreation Administration* (AAPRA), Mertes e Hall (1995, p. 94) categorizam e listam recomendações para parques e espaços livres. O Quadro 1 apresenta de forma resumida as definições e recomendações propostas pelos autores. Apesar dos diferentes alcances propostos por Mertes e Hall (1995, p. 94), mais recentemente, diante do reconhecimento científico dos benefícios das áreas verdes para a saúde e o bem-estar, autoridades, ativistas e pesquisadores têm defendido a necessidade de que todos os habitantes de uma cidade tenham acesso a uma área verde a até 10 minutos de caminhada de sua residência. O movimento é liderado nos Estados Unidos pelas instituições *The Trust for Public Land* (TPL), NRPA e *Urban Land Institute* (ULI) e tem como meta promover o acesso de todos os moradores de áreas urbanas do país a parques, em um percurso de até 10 minutos de caminhada, até 2050.

Quadro 1 - Classificação e diretrizes para parques e espaços livres

CLASSIFICAÇÃO E DIRETRIZES PARA PARQUES E ESPAÇOS LIVRES (NRPA)			
CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	ALCANCE	DIMENSIONAMENTO
Mini-parque	Espaços dedicados a atender necessidades limitadas ou específicas de recreação.	Alcance de até 400m .	Entre 232 e 4.047 m ² .
Parque de vizinhança (bairro)	Unidade básica do sistema de parques. Foco em atividades de lazer para diversas faixas etárias.	Alcance entre 400 e 800m de percurso contínuo.	8.000m ² (0.8ha) é considerada a dimensão mínima. Entre 2 e 4ha é a dimensão ideal.

Parque distritais	Podem atender a diversas vizinhanças ou bairros. Têmatividades dia e noite e facilidade de acesso por diferentes modais.	Alcance entre 1.600 e 4.800m (entre 1.6 e 4.8km) de percurso.	40.000m ² (4ha) é considerada a dimensão mínima. A dimensão ideal é entre 6 e 20ha .
Grandes parques urbanos	Além das funções de lazer e social podem também atender a demandas de conservação da natureza ou da paisagem.	Geralmente atende a toda a cidade ou região (sem delimitação de área de alcance).	A dimensão considerada ideal é de 30ha ou mais .

Fonte: Mertes e Hall (1995, p. 94)

O percurso de 10 minutos, ou 800m, é defendido pela TPL como uma distância confortável a ser percorrida por todos os públicos e se baseia nas definições de 70% das maiores cidades americanas para a distância considerada “perto” (THE TRUST FOR PUBLIC LAND, 2016). É importante ressaltar que a distância e tempo indicados pela instituição norte-americana são corroborados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Brasil(DNIT), que em seu *Manual de projeto geométrico de travessias urbanas*(BRASIL, 2010) cita como referência as definições da *American Association of State Highway and Transportation Officials* (AASHTO), ou seja, defende que a velocidade de deslocamento pedestre varia entre 0,8 e 1,8m/s, o que equivale a uma velocidade entre 48 e 108 m/min. Em função dos diferentes públicos e necessidades, que englobam desde idosos e crianças a jovens em boas condições físicas, comumente se utiliza para estudos mais amplos a velocidade média de 78m/min, o que equivale, de forma aproximada, a um percurso de 800m em 10 minutos de caminhada.

3 Metodologia

No intuito de avaliar o acesso equitativo da população aos possíveis benefícios proporcionados pelas áreas verdes nas duas capitais selecionadas, o primeiro passo foi definir os recortes dos equipamentos a serem estudados. Para tal, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica sobre as áreas verdes de forma a definir quais delas proporcionam a maior quantidade de benefícios. Na etapa seguinte procedeu-se uma pesquisa documental com foco em dados sobre áreas verdes de acesso público. De acordo com os mapas e categorizações fornecidas pelos municípios, as áreas verdes estão distribuídas em três macro categorias: canteiros, praças e parques. Tendo em vista a grande diversidade de áreas verdes existentes nas cidades,procedeu-se uma pesquisa documental com o objetivo de identificar os parques urbanos de cada uma delas, assim como informações sobre localização e dimensão.

Os canteiros, faixas de solo natural, muitas vezes vegetadas, localizadas ao longo do sistema viários, apesar de não possuírem o mesmo potencial de benefícios das demais categorias, ainda têm a possibilidade de contribuir para a amenização climática e drenagem, mas por não contemplarem estrutura de suporte às funções de lazer, foram excluídos do recorte deste estudo. Quanto aos parques, que agregam múltiplas funções, foram espacializados nos mapas das cidades correspondentes, para que então se procedesse à definição do recorte e a delimitação das áreas de alcance. Considerando as definições apresentadas por Carneiro e Mesquita (2000), Meneses (2018) e Mertes e Hall (1995, p. 94) e tendo por referência as indicações de que os benefícios das áreas verdes se dão também em função da prática de atividade esportivas nestas áreas, definiu-se como recorte de estudo os parques urbanos de vizinhança e distritais, ou seja, equipamentos com dimensões acima de 2 ha e que comportem, além de áreas verdes (função ecossistêmica e lazer passivo), infraestrutura para recreação e esportes (lazer ativo).

Ainda, com base nas referências da TPL e do DNIT relacionadas ao percurso, optou-se por definir como raio de alcance dos parques do recorte a medida de 800m, o equivalente a 10 minutos de caminhada. Nesta primeira etapa da pesquisa, ainda preliminar, foram delimitadas

manchas com raio de 800m e centro localizado nos acessos de cada parque. Em parques com mais de um acesso, às respectivas manchas foram unidas em uma única peça, que definiu a área de alcance deste parque. Com o somatório destas áreas pretende-se estimar o percentual de área em cada cidade atendida pelos parques urbanos integrantes do recorte. Com os resultados destes mapas e com dados coletados das cidades em estudo criou-se uma tabela que permite comparar a quantidade de parques, sua área e percentual de cobertura e alcance territorial. Desta forma será possível identificar qual das duas cidades estudadas proporciona a sua população o melhor acesso a parques urbanos e conseqüentemente gera maiores condições de saúde e bem-estar.

4 Resultados

4.1. Parques Urbanos em Belém-PA

A cidade de Belém integra em sua área urbana consolidada o total de quatro parques municipais, duas estaduais e um federal. Dos parques municipais, apenas o Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves oferece atividades de recreação e lazer. O espaço foi criado em 1870, para preservação de uma parte da floresta Amazônica, em área urbana, e mantém atualmente, nos seus 15ha, 80% de mata nativa preservada, com grande diversidade de fauna e flora pertencentes ao bioma Amazônico e ainda outras espécies exóticas plantadas no decorrer dos anos. Recebeu a classificação de Jardim Botânico, em 2002, quando iniciou produção científica com foco na conservação ambiental. Entre os diversos benefícios promovidos pelo parque, destacam-se a melhoria da qualidade ambiental do entorno, o controle climático e as atividades de lazer e educacionais. (LIMA; SOUZA, 2019) (Figura 2a).

O Parque Zoobotânico Paraense Museu Emílio Goeldi, assim como o Bosque Rodrigues Alves, localiza-se em área central da cidade, e nos seus 5,2ha estão distribuídos um conjunto arquitetônico composto por prédios históricos e diversos monumentos, além de espécies da fauna e flora regional, o que levou a ser tombado pelos Patrimônios Histórico E Artístico Nacional e Estadual. Abriga uma extensa área dedicada ao jardim zoológico, com viveiros de diferentes animais e plantas amazônicas. O local é aberto à visitação pública mas agrega também produção científica, lazer contemplativo e educação ambiental (Figura 2b). Inaugurado em 2005, o Parque Naturalístico Mangal das Garças, está localizado no entorno do Centro Histórico, ocupando um terreno de 4 ha que trouxe revitalização para uma área de várzea, igapó e terra firme, na orla fluvial da cidade. O espaço conta com espaços de exposições, restaurantes e lanchonetes, viveiros de plantas e animais da flora e fauna local, borboletário, lago e chafariz e um mirante de 47m de altura, além de diversos pontos de estar e contemplação (PEREIRA; BAHIA, 2018). Contudo, o local necessita de manutenção frequente e além disso o projeto paisagístico não adotou o uso de espécies arbóreas com copas densas e perenes, o que acarreta em grande desconforto em alguns horários (Figura 2c).

O Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna faz parte de uma Área de Proteção Ambiental Metropolitana de Belém (APA Belém). Nele localizam-se os mananciais de abastecimento de 60% da população da Região Metropolitana de Belém (RMB), numa extensa área remanescente de floresta (HENDERSON et al., 2014), classificada como Unidade de Conservação (UC), exercendo papel fundamental na preservação da biodiversidade amazônica e no ecossistema local (LIMA; SOUZA, 2019). O parque apresenta apenas um único acesso, com entrada gratuita e oferece visitas monitoradas e atividades de ecoturismo, além de infraestrutura para a prática de exercícios físicos e lazer (Figura 2d).

Figura 2: Mapa de Belém-PA com a marcação dos parques e sua área de alcance integrantes do recorte.



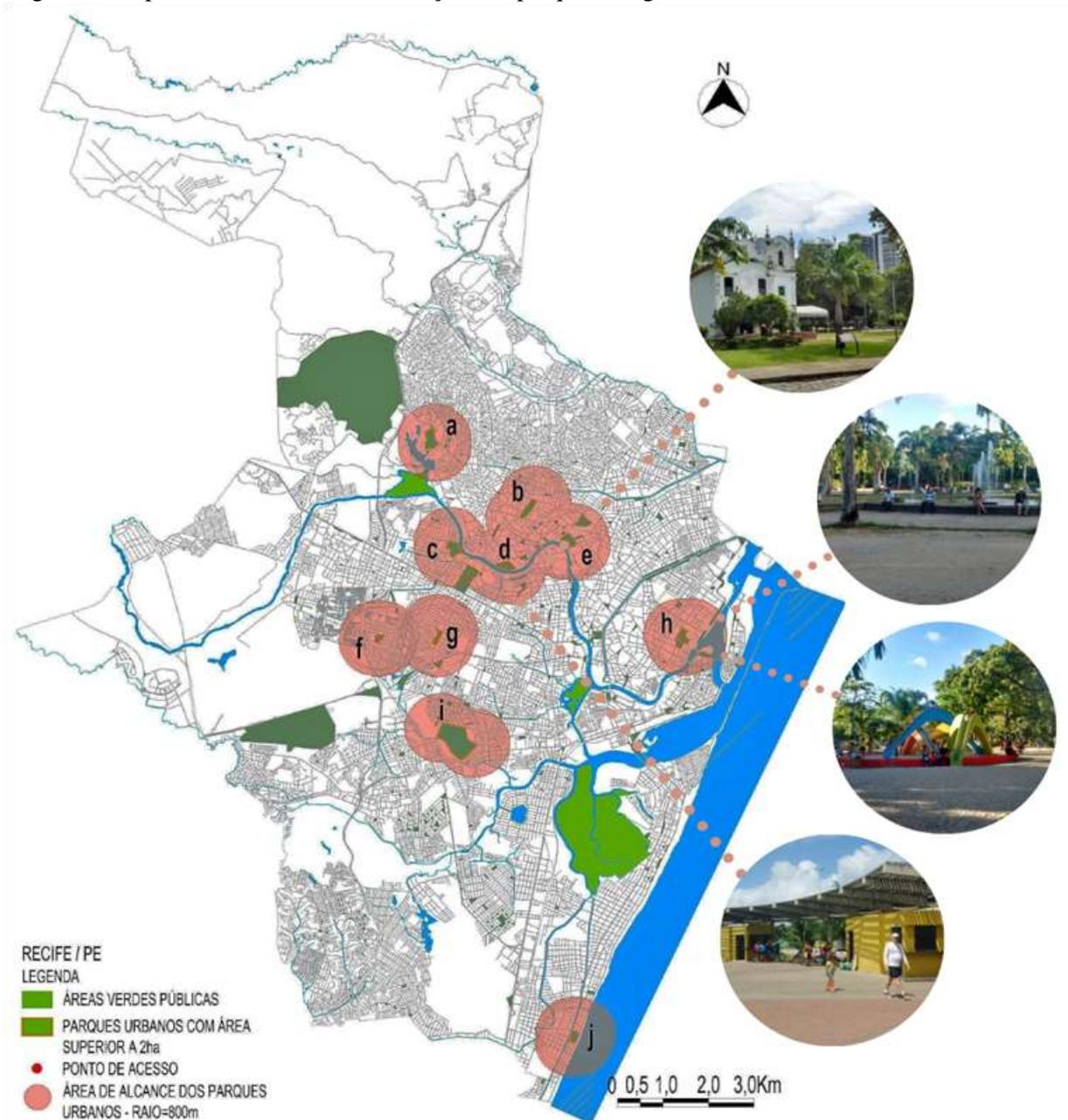
Fonte: Autores, 2020

4.2. Parques Urbanos em Recife-PE

De acordo com inventário produzido pelo Consórcio Projotec e Norconsult(2016), Recife conta atualmente com quinze parques urbanos. Destes, quatro não se encaixam no perfil de funções e estrutura que definem o recorte e dois outros possuem área abaixo da dimensão mínima definida, restando então nove parques urbanos a serem analisados. A estes, foi ainda adicionado o Parque do Jiquiá, que apesar de não ter sido incluído no inventário acima citado, contempla as funções ecossistêmicas e de lazer previstas na metodologia. Assim, ao todo, integram o recorte deste estudo na cidade do Recife, dez parques urbanos, todos sob a responsabilidade do

governo municipal, ainda que com gestão de diferentes secretarias.

Figura 3: Mapa de Recife-PE com marcação dos parques integrantes do recorte e sua área de alcance.



Fonte: Autores, 2020

Os parques da Macaxeira (Figura 3a), Caiara (Figura 3c), Santana (Figura 3d), Arnaldo Assunção (Figura 3f) e Dona Lindu (Figura 3j) abrigam, em diferentes escalas, estrutura para lazer, esportes e cultura, além de áreas arborizadas. Destes é possível destacar a vocação esportiva do Parque do Caiara, que conta com diversas quadras poliesportivas, pista para atletismo e campinhos de futebol e o Dona Lindu, se destaca pelo conjunto de teatro e galeria projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Todos são amplamente utilizados, no entanto os Parques do Caiara e Arnaldo Assunção são majoritariamente frequentados por moradores da vizinhança, enquanto os demais atraem visitantes de toda a cidade.

Quanto aos parques Sítio da Trindade / Arraial Velho do Bom Jesus (Figura 3b), da Jaqueira (Figura 3e), do Forte / Arraial Novo do Bom Jesus (Figura 3g) e 13 de Maio (Figura 3h) apesar de também abrigarem funções ecossistêmicas e de lazer, se caracterizam por seus valores históricos, o que garante a todos eles a inserção no conjunto de Zonas Especiais de Preservação Histórica (ZEPH) do Recife. Tanto o Sítio da Trindade com o Parque do Forte abriga resquícios de fortes construídos durante as ocupações portuguesa e holandesa em Pernambuco. O Parque da Jaqueira, além de ser o mais visitado da cidade, é considerado também uma Unidade de Conservação da Paisagem (UCP) municipal e abriga uma capela histórica tombada pelo IPHAN.

Quanto ao 13 de Maio, primeiro parque histórico do Recife, integra o conjunto paisagístico do edifício da Faculdade de Direito (tombado pelo IPHAN) e está localizado na área central da cidade, o que lhe proporciona um fluxo muito grande de pessoas nos horários comerciais. Este parque conta também com um mini-zoológico e abriga importantes eventos comemorativos da cidade, a exemplo da tradicional celebração do dia das crianças, que conta com visitantes de toda a região metropolitana. Já o Parque do Jiquiá (Figura 3i), recentemente transformado em Unidade de Conservação da Natureza (UCN), abriga, além de equipamentos de cultura e esportes, a única Torre de Atracação do Graf Zeppelin existente em todo o mundo, tombada a nível estadual (FUNDARPE) e em processo de tombamento pelo IPHAN.

O parque, maior da zona oeste, conta ainda com projeto para implantação de um conjunto de equipamentos científicos e culturais, cuja construção foi iniciada, mas logo interrompida, o que impacta de forma negativa nos serviços ofertados pelo parque. Quanto à localização na cidade, a disposição dos parques no mapa demonstra uma significativa concentração na região central, com alguns dos parques localizados ao longo do Rio Capibaribe (Figura 3c, 3d, 3e e 3h). Apenas um dos parques está localizado na zona sul (Figura 3j) e um deles mais a Norte (Figura 3a). Identificou-se ainda que apenas um dos parques atende à população do centro, pólo econômico e de comércio e serviços da cidade (Figura 3h).

5 Discussões

A porção continental de Belém conta com apenas quatro parques urbanos, que estão dentro do recorte da pesquisa. Destes, um se configura como um parque ecológico que agrega também as funções de lazer. Os quatro parques estão localizados na região sul e apesar da distribuição espaçada, contam com apenas um acesso cada, o que restringe suas áreas de alcance, visto que a depender da localização do visitante, pode precisar percorrer uma distância longa até o portão de acesso. Esta situação fica evidente quando se compara a área coberta por parques (1.417,24 ha) e a área de alcance da mesma cidade (706,65 ha) (Tabela 1). Apesar de uma grande área coberta por parques urbanos, a área atendida pelos mesmos é aproximadamente a metade da área dos parques. Este fenômeno se dá principalmente em função do parque 2d (Figura 2), que apesar de sua grande extensão e da grande quantidade de equipamentos e atividades que oferece, conta com apenas um acesso, o que dificulta o acesso da população.

Tabela 1: Atendimento dos parques em diferentes cidades.

ATENDIMENTO DOS PARQUES EM DIFERENTES CIDADES						
CIDADE / ESTADO	ÁREA DA CIDADE (ha)	QUANTIDADE DE PARQUES (un)	ÁREA COBERTA POR PARQUES (ha)	% DA CIDADE COBERTO POR PARQUES	ÁREA DE ALCANCE DOS PARQUES (ha)	% DA CIDADE ATENDIDO POR PARQUES
BELÉM / PA (continental)	17.656,58	4,00	1.417,24	8,03%	706,65	4,00%
RECIFE / PE	21.884,30	10,00	92,21	0,42%	2.341,37	10,70%

Nota: Os parques utilizados para extrair os dados apresentados são os que se enquadram no recorte definido na metodologia deste trabalho e com área acima de 2ha.

Fonte: Autores, 2020

É possível tomar por exemplo de uma situação com maior distribuição e maior quantidade de acessos a cidade de Recife, que apesar de contar com uma menor área coberta por parques (92,21 ha), consegue atender a um território maior, 2.341,37 ha, o que corresponde a 10,70% de seu território, enquanto que Belém atende a apenas 4,00% de seu território. Apesar de sair na frente no aspecto anterior, em Recife, a concentração de parques em algumas áreas da cidade, se contrapõe à total falta destes em outras partes da cidade. Enquanto algumas áreas são atendidas por até mais de um parque, outras estão bem distantes de qualquer um deles, privando boa parte da população da cidade de usufruir de seus benefícios.

A falta de um planejamento urbano voltado para a conservação da natureza e para a saúde e bem-estar da população se reflete na pouca quantidade de parques e na ampla área da cidade sem atendimento pelos mesmos. Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram que apenas 10,70% do território da cidade tem acesso conveniente e confortável aos benefícios ambientais e de saúde e bem-estar que os parques urbanos podem proporcionar. Em Recife, é preciso ainda se considerar que a maior concentração de renda se dá na orla de Boa Viagem (a sul) e na margem esquerda do Rio Capibaribe, região onde se localizam os parques 3a, 3b, 3d e 3e, da Figura 3.

Apesar do bairro de Boa Viagem ser contemplada com apenas um parque, ainda pode contar com toda a orla, que além dos banhos de mar, oferece infraestrutura para atividades de lazer e esportivas, como pistas para caminhada, ciclofaixa, parquinhos, quadras de tênis, rampa de skate, entre outros. A margem esquerda do rio conta com padrão similar de atenção pelo planejamento, visto que além dos parques integrantes do recorte, aguarda a implantação de um parque linear com um trecho em licitação (1 Km) e trechos com projeto executivo já definido (2Km).

Quanto às demais áreas da cidade, principalmente a norte e a oeste, não contam com acesso conveniente a nenhum parque. É preciso ressaltar que estas áreas abrigam predominantemente a população de renda baixa, a qual tem ainda mais necessidade dos benefícios ecossistêmicos dos parques urbanos, visto que são os mais prejudicados pela geral insalubridade das áreas e edificações que ocupam, pelo grande adensamento e pelo risco de desastres aos quais estão continuamente submetidos.

6 Conclusões

Os parques urbanos são fundamentais para as cidades, há séculos eles vêm promovendo lazer, diversão, contemplação da paisagem e auxiliando na promoção da saúde e bem-estar de seus usuários. Seu espaço arborizado, a presença de animais da fauna local, garantem ao público frequentador um contato direto com a natureza e com os diversos ecossistemas, a depender de cada localidade e clima. Tais benefícios acarretam em ganhos em termos de saúde física e mental da população, mas também representam um ganho para a natureza, visto que estes espaços auxiliam na conservação da biodiversidade mesmo em meios urbanos. A necessidade de não apenas conservar os existentes, mas também de implantar novos parques urbanos cresce a cada dia com as demandas emergentes das mudanças climáticas, que tendem a gerar ainda mais desconforto e riscos à infraestrutura das cidades e à saúde e bem-estar da população.

Os parques urbanos representam ainda uma grande oportunidade de educação patrimonial e ambiental. A promoção de atividades que fortaleçam a relação entre os cidadãos e estes espaços é também uma forma de ajudar na sua conservação e manutenção, além de contribuir para o aumento da vitalidade e assim coibir a insegurança muitas vezes percebida em alguns desses locais. Para que se alcance estes objetivos, no entanto, faz-se também imprescindível a implantação de programas educacionais e informativos para maior conscientização e conhecimento da população sobre a importância desses espaços para o seu próprio bem-estar e para a melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas.

O estudo em questão encontrou certa dificuldade na etapa de coleta de dados, visto que as informações sobre os parques e praças existente em cada cidade não são claras e a qualidade dos arquivos disponibilizados é, em certo ponto precária, o que exigiu dedicação além do esperado para mineração dos dados necessários e preparação dos mapas. Para as etapas posteriores, pretende-se que a área de atendimento seja delimitada a partir de análise morfológica considerando o sistema viário existente e o percurso de 800m a partir dos acessos aos parques. Esta metodologia pode determinar com maior precisão o alcance de cada parque e até avaliar a oportunidade de abertura de novos acessos. Pretende-se ainda fazer a sobreposição dos parques urbanos e de suas áreas de atendimento com mapas de renda de cada cidade, de forma a compreender a relação entre a distribuição destes equipamentos e a renda da população, ou seja, identificar possíveis desequilíbrios sociais.

Referências

ALMEIDA, R.; RAMOS, L; JESUS, L. **Estudo sobre os espaços livres de uso público e áreas verdes da regional 02** - Grande Ibes, município de Vila Velha – e. In: Congresso de la Sociedad Ibero-americana de Gráfica Digital, XXI, 2017, Concepción.

BRASIL, DNIT. **Manual de projeto geométrico de travessias urbanas**. Rio de Janeiro: DNIT–Instituto de Pesquisas Rodoviárias, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/ipr/coletanea-de-manuais/vigentes/740_manual_projetos_geometricos_travessias_urbanas.pdf, Acessado em: 04/11/2020.

CARDOSO, Silvia Laura Costa; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do parque ecológico do município de belém gunnar vingren. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 74-90, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.007.001.ao05>.

CARNEIRO, A. R. de S. O projeto, as funções e o uso dos parques urbanos do Recife. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 10, p. 167-187, 1997. DOI: 10.11606/ISSN.2359-5361.v0i10p167-187.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barros. Espaços livres do Recife. 2000.

CONSÓRCIO PROJETEC E NORCONSULT. Espaços Públicos. Emlurb – Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife. Recife, p. 1578. 2016. Levantamento e cadastro dos Parques, Praças e Áreas Verdes da cidade do Recife. Volumes I a VI.

FIELDS IN TRUST. **CHAMPION: The ten-minute walk and why it’s important**. Data: 28 de Maio de 2020. Disponível em: <http://www.fieldsintrust.org/News/the-ten-minute-walk-and-why-its-important>. Acessado em: 04/11/2020.

HENDERSON, Bruna Lorena Rodrigues et al. VALORAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ESTADUAL DO UTINGA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-PA.

Enciclopédia Biosfera: Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 10, n. 18, p. 3460-3469, jul. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 5 nov. 2020.

LIMA, José Júlio Ferreira; SOUZA, Flavia Tyele e Souza. Parques urbanos em Belém do Pará, do urbanismo embelezador a preservação ambiental. In: XVIII ENANPUR, 18, 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2019. p. 1-28.

MENESES, Ana Raquel Santos de. **Desafios da gestão dos parques urbanos de Recife**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

MERTES, James D.; HALL, James R. **Park, recreation, open space and greenway guidelines**. Urban Land Institute, 1995.

PEREIRA, Pablo Vitor Viana; BAHIA, MirleideChaar. O OLHAR DOS “USUÁRIOS DE LAZER” SOBRE O PARQUE MANGAL DAS GARÇAS EM BELÉM/PA. **Rbel - Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 95-108, Jun.2018. ISSN (Eletrônico) - 2358-1239.

SILVA, Joana; NOGUEIRA, Helena. Contributo dos espaços verdes para o bem-estar das populações – estudo de caso em Vila Real. **Cadernos de Geografia**, [S.L.], n. 33, p. 117-121, 1 jun. 2015. Coimbra University Press. http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_33_10.

THE TRUST FOR PUBLIC LAND. **Parks on the clock: why we believe in the 10-minute walk**.2016. Disponível em: <https://www.tpl.org/blog/why-the-10-minute-walk>. Acessado em: 04/11/2020.

TORRES, Margarida; SILVA, Ligia T.; SANTOS, Luis; MENDES, José F.G.. Saúde e bem-estar em meio urbano: das políticas à prática. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 95-107, jan. 2013. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rpsp.2013.04.001>.

WHO REGIONAL OFFICE FOR EUROPE. Environment and health. **World Health Organization Regional Office for Europe**, 2020. Disponível em: <https://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health>. Acesso em: 07 novembro 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Constitution. **World Health Organization**, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/about/who-we-are/constitution>. Acesso em: 07 novembro 2020. Link de acesso direto ao documento: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf?ua=1>.